



MINHA PROPOSTA

DADOS BÁSICOS DO CURSO

Código: PC005-2024
Nome: GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Unidade Responsável: FACULDADE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GEST POL PÚBLICAS - 11.01.01.02
Tipo do Curso: Especialização
Modalidade Educação: A Distância
 ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO
 ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO
Polos: ANÁPOLIS - GO
 BARRETOS - SP
 BRASÍLIA - DF
Método de Avaliação: CONCEITO
Carga Horária: 510
Carga Horária Prática: 0
Número do Vagas: 150
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas
Área: Administração
Sub-Área: Administração Pública
Especialidade: Política e Planejamento Governamentais
Tipo do Trabalho de Conclusão: ARTIGO CIENTÍFICO
Banca Examinadora: Sim
Financiamento: Outro
Período do Curso: 15/08/2024 a 30/12/2025
Público Alvo: Portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função

DADOS PORTARIA

Número Portaria:
Ano Portaria:
Data Portaria:

DADOS DA COORDENAÇÃO

Coordenador: JOSIVANIA SILVA FARIAS
Email Contato: josivania@unb.br
Telefone Contato: (61) 9914-3510
Data Início Mandato: 15/08/2024
Data Fim Mandato: 30/12/2025

DADOS BÁSICOS DO COORDENADOR-ADJUNTO

Coordenador-Adjunto:
Email Contato:
Telefone Contato:
Data Início Mandato:
Data Fim Mandato:

SECRETÁRIOS DO CURSO

Nome	Início	Ramal
Não foram adicionados secretários para este curso.		

OBJETIVOS E IMPORTÂNCIA DO CURSO

Justificativa e Objetivo: O Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (GPM), no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), faz parte de um conjunto de cursos do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligado ao Ministério da Educação (MEC), sendo, neste caso, um módulo específico que abrange disciplinas da área de concentração pública, como um todo, aplicando-se especificamente para a esfera municipal. Em 2017, o Departamento de Administração (ADM) da Universidade de Brasília ofertou sua primeira turma de GPM, e selecionou 426 alunos, inserindo todos no sistema aprender/moodle, UnB e SisUab-CAPES, e foi realizado em seis polos de seis cidades (Alto Paraíso - GO, Anápolis - GO, Buritis - MG, Cavalcante - GO, Goianésia - GO, São Miguel do Oeste - SC). O perfil dos alunos selecionados foi pessoas que trabalhavam em atividades administrativas de seus municípios, órgãos governamentais, sindicatos e uma parcela pequena de profissionais de outras atividades (bancos, empresas e autônomos). Dos 426 alunos matriculados, 239 finalizaram com aprovação em todas as disciplinas e monografia, representando uma taxa de 56,10%. Como o material didático do curso foi produzido por uma equipe de professores e pesquisadores selecionados pelo PNAP, o grupo de professores do GPM/UnB irá refiná-lo, preparando também o conteúdo didático-pedagógico com know how do CEAD/UnB. Outros mecanismos utilizados pelos professores serão a utilização de chat, vídeos disponíveis na internet sobre temas diversos, provas online, questionários, oficinas, trabalhos presenciais e mecanismos disponibilizados pela Microsoft Teams. Conforme proposta da CAPES/PNAP, a especialização GPM destina-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes: a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras; b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas; c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira

gerencial de sucesso; d) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo. Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de: a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo; b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais; 4 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (chats), estudo de cases, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários; d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe; e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a performance organizacional; f) Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão; g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais; h) Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de cases. O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica. Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos. Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico. Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa. No campo organizacional e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso. Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, 5 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado. OBJETIVOS Os cursos têm por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais. Especificamente, pretende: a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos; b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica; c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal; d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas. DURAÇÃO DO CURSO O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento de créditos e elaboração de monografia. Para o desenvolvimento dos conteúdos, serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos: a) Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina; b) Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares; c) Encontros presenciais; e d) Sistema de acompanhamento (tutoria). METODOLOGIA No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentações de monografias (artigo). Os encontros presenciais, que dependerão de restrições sanitárias, serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do aprender/moodle. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e do calendário. Ao longo do semestre e a depender de restrições sanitárias, serão realizados encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma – com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentação de trabalhos. ESTRUTURA FÍSICA A Universidade de Brasília, por intermédio da UAB/MEC, utilizará a estrutura existente nos Polos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades 6 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso. Outrossim, a Universidade de Brasília disponibiliza, além de sua própria estrutura, o ambiente da Microsoft teams, onde poderão ocorrer atividades on line, reuniões com os professores e alunos.

Local do Curso: Curso a ser ofertado via EaD / A distância, pela UAB/UnB

DADOS DO PROCESSO SELETIVO

Forma de Seleção: Currículo Vitae
Outra

Forma de Avaliação: Trabalhos Finais de Disciplinas
Seminários
Trabalho de Conclusão de Curso
Provas

Conceito Mínimo Aprovação: MM

CORPO DOCENTE DO CURSO

SIAPÉ / Matrícula	Nome	Titulação	Vínculo	Instituição
1309770	CAIO CESAR DE MEDEIROS COSTA	DOUTORADO	Docente	UnB
2288460	CARLOS ROSANO PENA	DOUTORADO	Docente	UnB
81991	DEBORA FURTADO BARRERA	MESTRADO	Docente Externo Lato Sensu	UnB
2562975	DIEGO MOTA VIEIRA	DOUTORADO	Docente	UnB
3506590	EDMILSON SOARES CAMPOS	DOUTORADO	Docente	UnB
388003	FATIMA DE SOUZA FREIRE	DOUTORADO	Docente	UnB
1412825	JOSE MARCIO CARVALHO	DOUTORADO	Docente	UnB
81992	JOSE MATIAS PEREIRA	DOUTORADO	Docente Externo Lato Sensu	UnB
1228109	JOSIVANIA SILVA FARIAS	DOUTORADO	Docente	UnB

SIAPÉ / Matrícula	Nome	Titulação	Vínculo	Instituição
1420937	OLINDA MARIA GOMES LESSES	MESTRADO	Docente	UnB
81990	PAULO RICARDO DA COSTA REIS	DOCTORADO	Docente Externo Lato Sensu	UNIRIO
4052748	VANESSA CABRAL GOMES	DOCTORADO	Docente	UnB

DISCIPLINAS DO CURSO

Código	Nome	Carga Horária
FEA0001	ADM0037 ESTADO, GOVERNO E MERCADO - MÓDULO	30 h

Ementa:

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

Conteúdo Programático:

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (stakeholders). Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997). Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007. _____. Qual socialismo? São Paulo: Paz e Terra, 1983. "Quais as alternativas à democracia representativa?", p. 55-74. GUIDDENS, Anthony. Para além de esquerda e direita. São Paulo: UNESP, 1996. "Introdução", p. 9-30. HAM, Christopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91). O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, n. 4, 1981. OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. Revista del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61 PRZWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital", p. 87-115. SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245. Referências Complementares BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. DAHL, Robert. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica. GUIDDENS, Anthony. O Mundo na Era da Globalização. Lisboa: Editorial Presença, 2000. OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980. SANTOS, Wanderley G. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp. 67-117. SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", p. 366-393. SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984. WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

Docente(s):

CAIO CESAR DE MEDEIROS COSTA		30 h
FEA0003	O PÚBLICO E O PRIVADO NA GESTÃO PÚBLICA - MÓDULO	30 h

Ementa:

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

Conteúdo Programático:

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direto Romano, mas que só recentemente adquiri seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos. • A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas. • O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público. • Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. • As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. • Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado; da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31. CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: Revista Diálogo Jurídico, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2009. MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989. NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. Direitonet, 2005. Disponível em: . Acesso em: 18 jun. 2009. PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98. Referências Complementares ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Ed. UNB, 1986. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133. BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997. _____. Da administração pública burocrática à gerencial, Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996. DINIZ, Paulo. Responsabilidade social empresarial e sociedade política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: Acesso em: 18jun. 2009. FIORI, José Luis. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. InterfacsEHS –Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. 2006. Disponível em: HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. Do espírito das leis. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: RAE, FGV, Volume 45, Número 1,Jan/Mar 2005. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. SAES, Décio.

A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998. WEBER, Max. Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Docente(s):

JOSE MATIAS PEREIRA

30 h

FEA0004 ADM0039 DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO - MÓDULO

30 h

Ementa:

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

Conteúdo Programático:

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina. Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. • Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap. 1; BRESSER-PEREIRA, 2001); • Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4); • Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108. BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259. DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: UnB, 1997. FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: DADOS, vol. 38, nº3, 1995. LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. São Paulo: Paz e Terra, 1985. OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. S. Paulo: Boitempo, 2003. SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II. SOARES, Gláucio Ary Dillon. Sociedade e política no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. SOUZA, Maria C. C. Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Cap. IV, "O mecanismo da centralização" p. 83-104. Referências Complementares ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: Rev. bras. Ci. Soc., 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108. FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997. GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69. LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v.34, n.3, 1991, p.311-348. LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. Federalismo e regionalização dos recursos públicos. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369]. LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3. REIS, Fábio Wanderley (Org.). Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978. VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

Docente(s):

OLINDA MARIA GOMES LESSES

30 h

FEA0005 ADM0040 POLÍTICAS PÚBLICAS - MÓDULO

30 h

Ementa:

Conceitos de políticas públicas. Abordagens teóricas do estudo das políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.

Conteúdo Programático:

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do "ciclo da política". Atores políticos (stakeholders). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e mixed-scanning. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas ARRETCHÉ, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun, 1999, vol.14, n. 40, p.111-141. 18 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, n. 2, abr-jun 1998. COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999. DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas: Papiurus, 1996. DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, n. 1, jan-mar, 2001. DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, n. 31, 1993, p. 5-46. _____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15. DUNN, William N. Public policy analysis: An introduction. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004. DYE, Thomas R. Understanding public policy. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005. ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, n. 40/41, 1997, p. 193-215. FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102. GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001. LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, n. 45, 1998, p. 187-204. LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, n. 13, 1997, p. 79-112. MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: Estudos Avançados (USP), vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47. MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. Las políticas públicas. Madrid: Ariel, 1992. MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: Revista del CLAD: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70. MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: Sociologias, ano 8, n. 16, jul-dez 2006, p. 180-214. 19 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA MISHRA, Ramesh. O Estado-providência na sociedade capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995. NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152. PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic methods of policy analysis and planning. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993. RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais. São Paulo: Cortez, 1999. SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da "formação nacional". In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999. SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 "Teoria social e análise de políticas públicas", pp. 11-14, e Cap. 2 "Legislação, instituições e recursos da política social brasileira", p. 15-44. SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994. VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43. Referências Complementares CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000. HAM, Christopher; HILL

Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). ROTH, André-Noël. Políticas públicas: formulação, implementação e avaliação. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006. SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 "Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso", p. 71-82, e Cap. 5 "Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira", p. 83-123

Docente(s):

DIEGO MOTA VIEIRA

30 h

FEA0006 ADM0041 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL - MÓDULO

30 h

Ementa:

Conceitos e tipos de planejamento. Planejamento governamental no Brasil. Cenários, diagnósticos e estudos de processos decisórios. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea. Objetivos e condicionantes das políticas públicas

Conteúdo Programático:

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo). CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003. ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000. FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995. LIMA, Blanca Olias de (Coord). La Nueva Gestión Pública. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001. MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995. _____. Adeus senhor presidente: governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996. MINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia. São Paulo: Bookman, 1999. _____. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004. MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: Gestión y Política Pública, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995. OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988. Referências Complementares 21 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996. OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

Docente(s):

VANESSA CABRAL GOMES

30 h

FEA0007 ADM0042 O ESTADO E OS PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS - MÓDULO

30 h

Ementa:

O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos. Uma questão a tratar é o processo, que parece estar ocorrendo, de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

Conteúdo Programático:

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p. 69-103. ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) O Brasil tem jeito? Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Referências Complementares INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Docente(s):

CAIO CESAR DE MEDEIROS COSTA

30 h

FEA0008 ADM0043 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NA GESTÃO PÚBLICA - MÓDULO

30 h

Ementa:

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiem a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

Conteúdo Programático:

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, accountability e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet. Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais: Introdução histórica; Indicadores Sociais: do conceito às medidas; Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos; Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais; Principais produtores de dados e indicadores no Brasil; Os Censos Demográficos; As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE; Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas; 23 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos; Dados e Indicadores Econômicos; Principais boletins de conjuntura; e Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60. GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH - Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005. JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63. _____. _____. CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005. SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007. Referências Complementares

CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999. CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000. DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998. GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001. HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. IBGE. Indicadores sociais municipais. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. 24 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA _____. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. _____. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Brasília, 2006. _____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002. JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005. MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Indicadores de atenção básica à Saúde. Brasília: RIPS, 2002. NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2007. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. 2007. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2009. ROCHA, S. Pobreza: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76. SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008. TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. Rev. Bras. Est. Pop. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

Docente(s):

CARLOS ROSANO PENA

30 h

FEA0009 ADM0044 PLANO DIRETOR E GESTÃO URBANA - MÓDULO

30 h

Ementa:

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades. Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro 25 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: a obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: divulgação, aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e revisão do Plano Diretor.

Conteúdo Programático:

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. GONDIM, Linda (Org.). Plano diretor e o município: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990. MARICATO, Ermínia. "Sociedades Desiguais, cidades desiguais". In: BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes, 2001. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos. Cartilha. Disponível em: . Acesso em: 2 fev. 2009. 26 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA _____. Kit da campanha Plano Diretor Participativo, cidade de Todos. Disponível em: . Acesso em: 2 fev. 2009. OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Abraço da Paz. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. PINHEIRO, Otilie Macedo. Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: . Acesso em: 2 fev. 2009. PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008. PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM). RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003. ROLNIK, Raquel et al. Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: . Acesso em: 2 fev. 2009. ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em:

Docente(s):

PAULO RICARDO DA COSTA REIS

30 h

FEA0010 ADM0045 GESTÃO TRIBUTÁRIA - MÓDULO

30 h

Ementa:

Conceitos, Sistema Tributário Nacional, Obrigação tributária, Processos administrativos de questionamento tributário. Tipos de tributos.

Conteúdo Programático:

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas BULGARELLI, W. Sociedades comerciais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000. CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. Mini Reforma Tributária: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003. DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000. FABRETTI, L. C. Prática tributária da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003. HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005. MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2002. OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Receitas Não Tributárias: taxas e preços públicos. São Paulo: Malheiros, 2003. 28 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004. TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). Leis Complementares em Matéria Tributária. São Paulo: Manole, 2003.

Docente(s):

EDMILSON SOARES CAMPOS

30 h

FEA0011 ADM0046 GESTÃO DE REDES PÚBLICAS E COOPERAÇÃO LOCAL - MÓDULO

30 h

Ementa:

Conceitos de redes. Organizações de redes. Estruturas de redes. Estrutura de redes. Consórcios. Casos de redes e de consórcios.

Conteúdo Programático:

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do

capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429. CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001. MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986. TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Docente(s):

DIEGO MOTA VIEIRA

30 h

FEA0012 ADM0047 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA - MÓDULO

30 h

Ementa:

O que é gestão democrática e Participativa nos municípios. A gestão nos municípios e o princípio da autonomia administrativa e financeira. Conselhos de classes municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Tribunais de conta e a relação com os municípios. Controle social.

Conteúdo Programático:

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, consequentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: Rev. Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999. AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: Dados, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007. _____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Opinião Pública, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008. AVRITZER, Leonardo. Reforma Política e Participação no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006. AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: Ciências Hoje, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991. BAQUERO, Marcelo. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: São Paulo em Perspectiva, 2001, vol. 15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP. DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1997. 30 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: Revista de Sociologia e Política, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008. GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, n. 69, 2006. LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348. MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: São Paulo em Perspectiva, 10 (3), 1996. SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003. TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 18, n. 2, São Paulo, abril/june, 2004. SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97. WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: Opinião Pública, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008. Referências Complementares BRASIL. Lei nº 4.320/1964. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm >. Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: < http://www.marco.artigo19.org/node/55 >. Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Lei nº 10.933, de 11 de Agosto de 2004. Lei do PPA municipal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm >. Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.970, de 25 de maio de 2006. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp >. Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Lei Orçamentária Anual do município. Disponível em: < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp >. Acesso em: 26 jun. 2009. _____. Lei Orgânica do Município: dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. 31 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: Bahia Análise e Dados. Salvador, vol. 12, n. 4, p. 9-24, março, 2003. GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776]. ARRETICHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: São Paulo em Perspectiva, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2009. SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). Participação Social na Gestão Pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

Docente(s):

OLINDA MARIA GOMES LESSES

30 h

FEA0013 ADM0048 GESTÃO LOGÍSTICA - MÓDULO

30 h

Ementa:

Introdução à Logística. Surgimento da Logística. Evolução da Logística Fluxos Logísticos. O Sistema Logístico O enfoque sistêmico na Logística Objetivos do Sistema Logístico Sub-sistemas logísticos. Abordagem Sistêmica Planejamento Implantação e Controle de Fluxos de Materiais dos Fornecedores aos Clientes; Gerenciamento da cadeia de suprimentos

Conteúdo Programático:

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas de grupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Referências Básicas ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002. BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001. 32 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001. CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999. DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996. MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002. NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001. VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001. Referências Complementares ARAÚJO, J. S. de. Almoarifados: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981. _____. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1997. _____. Administração de compras e armazenamento. São Paulo: Atlas, 1998. BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo. Atlas, 1993. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. _____. Lei de Licitações nº 8.666/93. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. _____. Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998. GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003. SILVA, Lino Martins da. Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004. ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006. VIANA, João José. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

Docente(s):

OLINDA MARIA GOMES LESSES 30 h
FEA0014 ADM0049 ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS - MÓDULO 30 h

Ementa:

Origem, importância, tipos e finalidades. Políticas Públicas, Programas e Projetos. Análise de demandas e Atores. Diagnóstico sócio-territorial. Elaboração de Projetos: técnicas, metodologias, etapas, formato, planejamento. Captação de recursos.

Conteúdo Programático:

Programático: projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

Método de ensino-aprendizagem:

33 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA Programático: projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término. Método de avaliação:

Bibliografia:

Referências Básicas ARMANI, Domingos. Como Elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. BROSE, Markus. Introdução à moderação e ao método ZOPP. Recife: GTZ, 1993. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. DROR, Yehezkel. A Capacidade para governar: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999. GTZ. Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos: método ZOPP. Recife: GTZ/ SUDENE/IICA, 1993. HUERTAS, Franco. O método PES: entrevista com Matuz. São Paulo: FUNDAP, 1996. MATUS, Carlos. Adeus, senhor presidente: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996. _____. Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996. MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

Docente(s):

JOSE MARCIO CARVALHO 30 h
FEA0015 ADM0050 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - MÓDULO 30 h

Ementa:

Processos Organizacionais: visões conceituais sobre processos e configurações do espaço organizacional; Instrumentalização de Processos; ferramentas de mapeamento de processos; políticas e práticas para qualificar e capacitar pessoas para lidar com a abordagem por processos.

Conteúdo Programático:

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxograma; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas [Questionários]. Participação nas dinâmicas de grupo (participação ativa, com registro de presença, pelos tutores, nos 3 fóruns (30%) e 2 lives (20%) propostas no cronograma da disciplina; e respostas a 3 questionários (50%) disponibilizados no Aprender 2. O aluno deverá realizar a avaliação da disciplina ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Básica: ● MINTZBERG, H. Criando Organizações Eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995. ● ROBBINS, S. P. O Processo Administrativo: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981; ● HARVARD B. R. Processo decisório: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006; ● MATIAS-PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008; Complementar: ● MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996. ● NADLER, D. Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993. ● ROBBINS, S. P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005; ● RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. Melhores desempenhos das organizações: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.

Docente(s):

FATIMA DE SOUZA FREIRE 30 h
FEA0016 ADM0051 METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA - MÓDULO 30 h

Ementa:

Introdução à pesquisa científica, ao método científico e à comunicação científica. Estrutura do trabalho científico. Métodos, técnicas e abordagens de pesquisa. Estratégias de escrita e aspectos éticos na construção de trabalhos científicos. Sistemas de gerenciamento de referências e citações. Normas de elaboração e apresentação do trabalho científico.

Conteúdo Programático:

● Módulo 1: Introdução à O percurso da pesquisa científica: lógica, funções e objetivos o Métodos e tipos de pesquisa científica o Processo de comunicação científico ● Módulo 2: Desenvolvimento de pesquisa científica o Desenvolvendo um tema e objeto de pesquisa o Estrutura geral de uma pesquisa científica e conteúdos de cada seção o Estratégias de levantamento bibliográfico o Métodos e técnicas de coleta de dados 35 MODELO PARA PROPOSTA DE CURSO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO) - SIGAA o Métodos e técnicas de investigação científica o Abordagens metodológicas ● Módulo 3: Formalização o Estratégias de escrita e articulação o Aspectos éticos aplicados à pesquisa científica o Citações e Referências o Normas APA e ABNT aplicadas ao trabalho científico o Sistemas de gerenciamento de referências: mendeley

Método de ensino-aprendizagem:

Elaboração de resenhas de pesquisas em relação à disciplina. Desenvolvimento, elaboração e apresentação de projeto de pesquisa final. Debates de projetos científicos. Questionários online. Fóruns.

Bibliografia:

Bibliografia básica: CRESWEL, John W. CRESWEL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2021. DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1995. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. Fundamentos de metodologia científica. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. Metodologia do trabalho científico. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. Técnicas de Pesquisa. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Docente(s):

JOSIVANIA SILVA FARIAS 30 h
FEA0017 ADM0052 INTRODUÇÃO A MODALIDADE EAD - MÓDULO 30 h

Ementa:

Uma introdução aos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) para ensino online. O que é moodle? Como aprender na EaD. Acessando o AVA. Materiais Didáticos na EaD. Avaliação no Ambiente Virtual. Características do aluno EaD. Novas ferramentas para EaD.

Conteúdo Programático:

1. Primeiros passos para o acesso ao AVA 2. Conhecendo o ambiente moodle 3. O processo de aprendizagem na educação a distância 4. Característica do aluno em EaD 5. Conhecendo novas ferramentas em EaD

Método de ensino-aprendizagem:

Exercícios, Trabalhos e Provas. Participação nas dinâmicas de grupo (workshop/oficina/fóruns): 25%; Resenhas dos assuntos bases para as dinâmicas

degrupo: 25%; Avaliação escrita individual, com todo o conteúdo, no final do módulo: 50%. A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.v

Bibliografia:

Bibliografia: Referências Básicas PAULINO FILHO, Athail Rangel. Moodle – Um sistema de gerenciamento de cursos. Universidade de Brasília, Livro eletrônico Versão1.5.2, 1 ed. 2004. 215 p. Obra distribuída sob licença Creative Commons. PIMENTEL, Edson Pinheiro; GOMES, Alex Sandro. Ambientes Virtuais de Aprendizagem para uma Educação mediada por tecnologias digitais. In: SANTOS, Edméa O.; PIMENTEL, Mariano; SAMPAIO, Fábio F. (Org.). Informática na Educação: autoria, mídia, letramento, inclusão digital. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. (Série Informática na Educação, v.5).SIEBRA, Sandra de Albuquerque, MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à Educação a Distância e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2015.

Docente(s):

DEBORA FURTADO BARRERA

30 h

FEA0018 ADM0053 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - MÓDULO

30 h

Ementa:

O TCC em forma de Artigo Científico poderá ser concluído no prazo máximo de até 6 meses após a realização das disciplinas

Conteúdo Programático:

O trabalho a ser desenvolvido deve ter com temas relacionados às áreas de Gestão Pública Municipal.

Método de ensino-aprendizagem:

Os horários de orientação serão definidos entre orientador e aluno. O aluno no final terá que entregar e apresentar seu artigo de acordo com as Normas condizentes para aprovação em periódicos Qualis/Capes A ou A avaliação da disciplina ocorrerá ao final do curso, onde serão avaliados o material e conteúdo programático, performance do professor, secretaria e coordenação, mecanismos de tecnologia utilizada.

Bibliografia:

Bibliografia básica: CRESWEL, John W. CRESWEL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2021. DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1995. DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2022. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. Fundamentos de metodologia científica. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina. Técnicas de Pesquisa. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2016. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

Docente(s):

JOSIVANIA SILVA FARIAS

30 h

LAT0001 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - ATIVIDADE

0 h